



ID: 53297869

05-04-2014

Presidente do Conselho de Finanças Públicas participou em debate na UMinho

«Não há condições para repor os cortes»

JOSÉ CARLOS LIMA

A presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP) defendeu, ontem, que a Economia portuguesa «não está em condições» de repor o valor dos salários na função pública e pensões de 2011 e apontou como prioridade «a reestruturação» da Administração Pública. Falando aos jornalistas, na Escola de Economia e Gestão da UMinho, à margem de um colóquio sobre a importância da contabilidade nas Finanças Públicas, Teodora Cardoso apontou que o regresso ao nível salarial e de pensões antes da entrada em vigor do programa de ajustamento «implicaria um aumento de impostos impensável».

«A questão é que a Economia e o Orçamento não



Responsáveis nacionais reconheceram na UMinho que «não há governação sem boas contas»

estão em condições para suportar isso, porque – para mantermos um saldo na linha que devemos manter – implicaria um aumento de impostos impensável», afirmou Teodora Cardoso. A responsável pelo CFP apontou que essa reposição «tem que ser gradual» mas que

a prioridade deve ser outra. «Mais do que [a reposição] gradual é preciso que o Estado, a Administração Pública se reestruturarem muito», disse.

Isto porque, considerou, «há um problema de afetação de recursos dentro da Administração Pública que ultrapassa, e mui-

to, o corta ou não corta» e, continuou: «Vai ter que haver uma reafetação de recursos para que o Estado possa funcionar melhor e nessa altura poder fazer outras coisas».

Já sobre a forma como Portugal deve deixar o programa de ajuda financeira da «troika», a presi-

dente do CFP defendeu «a existência de um seguro», seja a «almofada» financeira apontada pelo presidente do ICGP, seja a existência de um programa cautelar como, aliás, defendeu em fevereiro. «Há duas hipóteses: realmente ter o programa cautelar para o caso de haver qualquer coisa que corra mal, nos correr mal a nós ou na economia internacional e nós sermos atingidos, precisamos de um seguro», defendeu.

A conferência «O Papel da Contabilidade nas Contas Públicas» teve ainda como intervenientes o sociólogo e ex-coordenador da CGTP Carvalho da Silva e o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas Domingos de Azevedo, o qual defendeu a necessidade de «uma maior

exigência na prestação de contas públicas, porque é dinheiro de todos, pelo que a prestação de contas tem que ser a melhor».

Domingos Azevedo pugnou, assim, por uma «maior transparência» da aplicação do dinheiro público, cujas obras ou investimentos «não podem ficar-se por mera gestão de caixa, que morem no momento do pagamento». Frisando que os cidadãos têm o direito de questionar a aplicação dos seus impostos, o bastonário frisou que «não é possível transparência sem boas contas». «Sem boas contas não há boa governação e sem boa governação os mais prejudicados são os cidadãos», reforçou, lamentando que tenha sido preciso vir «a troika» obrigando a clarificar as contas portuguesas.

AVELINO LIMA